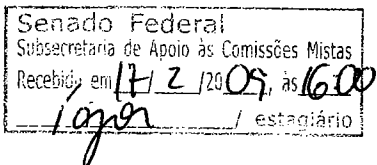




CONGRESSO NACIONAL



MPV-458

00124

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 17/02/2009	proposição Medida Provisória nº 458, 10 de fevereiro de 2009
--------------------	---

autor DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP)	nº do prontuário 332
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 54	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O § 1º do Art. 14, da Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. ....

.....

**§1º. Os títulos a que se refere esta Medida Provisória serão intransferíveis e inegociáveis por ato entre vivos e, salvo nas operações de crédito rural, não poderão ser objeto de qualquer direito real de garantia, hipótese esta em que a União ficará sub-rogada no direito do credor, quando executada a garantia, sendo a dívida então paga àquele por Títulos da Dívida Agrária – TODA, a serem emitidos pelo INCRA, e sendo a União imitada incontinenti na posse do imóvel dado em garantia, mediante procedimento administrativo sumário."**

## JUSTIFICATIVA

A hipótese em que o imóvel regularizado possa ficar sujeito à constrição judicial, para garantia das execuções de dívidas do crédito rural, cria a possibilidade de o bem vir a ser, em uma etapa seguinte, vendido a terceiros que não mais estejam obrigados às mesmas condições e fundamentos da entrega do imóvel e sua regularização nas condições originais da norma autorizativa dessa regularização extraordinária. Impõe-se, assim, a sub-rogação da União nesta dívida e a reversão do bem ao patrimônio público.

PARLAMENTAR

*[Assinatura: Antonio Carlos Mendes Thame]*

